

SABERES, MEMÓRIAS E HISTÓRIAS: A POLIFÔNIA DA EDUCAÇÃO

Ueliton André dos Santos Silva¹

RESUMO

O objetivo deste estudo foi realizar uma análise acerca das experiências de vida dos educandos como sendo pontos significativos ao longo de sua formação escolar. Nesse sentido, se advoga que uma educação para a emancipação deve assumir um papel formativo e que confronte os padrões conformativos impregnados nos modelos de educação institucionalizada sob os ditames das camadas hegemônicas. Isso posto, a formação escolar ao ser inserida no repertório experiencial do indivíduo não deve ter como foco o apagamento dos saberes, da história ou das experiências construídas pelos sujeitos até aquele momento. Em ato contínuo, é destacado que nesse movimento, o jogo dialético entre: reflexão/ação e a objetividade/subjetividade se manifestam como pontos fecundos, posto que, um não se opõe ao outro como via de negação, mas antes como fenômenos que se entrecruzam na formação do educando. Ao vincular as experiências individuais com a educação é buscado criar uma ponte entre formação escolar e compromisso social. Aqui fica evidente a importância de uma prática educacional que contemple as diferenças humanas com dignidade e respeito, prática essa que é passível de realização nos diferentes âmbitos sociais, comunitários e escolares. Eis um dos motes para o destaque numa educação para a humanização e autonomia do ser, quer dizer, um fazer no qual o *Eu* e o *Outro* possam dialogar e conviver sem que um deva sucumbir aos caprichos do outro.

Palavras-chave: Experiências de vida, Educação, Emancipação, Formação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa estabelecer uma discussão na qual as práticas educacionais possam ser apreciadas sob uma perspectiva do fenômeno experiencial humano, de modo que o ato de educar possa ser firmado no respeito as diferenças e na coexistência humana em sua pluralidade. Assim sendo, é evocado ao debate a questão da educação libertadora como instrumento essencial para emancipação das pessoas dos rótulos sociais que operam como retroalimentadores da opressão e da exclusão, quer dizer, um elemento potencializador e promotor de práticas que focalizem o mundo real, e assim possa superar as marcas do racismo, sexismo e das desigualdades sociais, econômicas e territoriais que mostram seus efeitos de forma perversa sobre os grupos que foram e ainda são vistos como subalternos.

¹ Mestrando em Crítica Cultural na Universidade do Estado da Bahia - UNEB-Campus II, Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário UNIRB, ueliton_andre@hotmail.com.

Partindo desses argumentos, o objetivo norteador deste trabalho é analisar de forma crítica a aplicabilidade das experiências de vida dos educandos como pontos significativos para sua formação escolar, bem como, (re)problematizar algumas questões de origem social e histórica como forma de resistência e engajamento político para que o educando possa ler, entender e intervir sobre determinados fenômenos sociais que categorizam e esvaziam grupos humanos de suas potências criadoras e transformadoras.

Para a realização do estudo foi adotada a metodologia de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Portanto, os dados que estruturam a pesquisa foram coletadas em livros, repositórios *online* de teses, revistas e periódicos científicos. Em vista do objetivo geral do trabalho está centrado em analisar o papel das experiências de vida iniciais dos sujeitos como pontos significativos ao longo de sua formação escolar, foram adotados os seguintes objetivos específicos: apresentar as experiências de vida do educando como norteadores para uma educação emancipadora, analisar as práticas educacionais bancárias sob uma perspectiva crítica e investigar o papel político social da educação. Dentre os principais teóricos que fundamentam o trabalho são citados: Brasil (1988), Foucault (1999), Freire (1981; 1987; 1995; 2017; 2019), Krenak (2019) e ONU (1948).

Os resultados encontrados evidenciam que o ato de educar não se configura como uma ação neutra, mas antes, é um fazer social e político. Assim, é de fundamental importância estabelecer questionamentos acerca da intencionalidade dessa construção, quer dizer, propor uma análise aprofundada acerca dos interesses visíveis e invisíveis que operam sobre determinados modelos educacionais. Logo, é importante a proposição de meios que busquem consolidar esse fazer sob um viés humanizado, visto que a educação é um processo que atravessa de forma direta o desenvolvimento das pessoas.

Dito isso, este trabalho concebe o ser humano como um agente ativo que constrói seu mundo à medida que é também por ele constituído. Por esse ângulo, é de fundamental importância uma educação que revele precedentes para a coexistência dos sujeitos em suas singularidades. Focaliza-se assim a criação de novas vias em que o sujeito possa efetivamente se constituir como um ser no mundo e para o seu mundo, sem que seja imposta uma doutrinação de subjetividades pautada nos interesses de uma elite dominante que busca tirar de cena aqueles que são revestidos como inadequados, selvagens ou primitivos.

METODOLOGIA

Com base nos argumentos de Lakatos e Marconi (2003), é constatado que a metodologia adotada para a concretização deste trabalho se insere no grupo das pesquisas de natureza qualitativa de cunho bibliográfico. Assim sendo, as informações utilizadas ao longo do estudo foram coletadas em livros, revistas e periódicos científicos digitais.

1.RESULTADOS E DISCUSSÃO

1.1 Tecendo os fios para uma educação da experiência humana

As experiências de vida se constituem como elementos carregados de significados e sentidos. Sua significação atravessa diretamente a formação humana nos seus diferentes contextos. Nessa trama conjuntural, compreende-se a experiência como um fenômeno contínuo ao longo da vida dos indivíduos. Mediante essa multiplicidade de possibilidades, o presente artigo voltará sua análise para a importância da experiência discente como um elo significativo para a continuidade da formação escolar, posto que a constituição experiencial do educando se inicia muito antes de sua inserção nos espaços escolares. Assim sendo, conforme defendido por Freire (2019), a formação escolar ao ser inserida no repertório experiencial do sujeito não deve ter como foco o apagamento dos saberes, da história ou das experiências construídas pelos sujeitos até aquele momento. Uma educação para a emancipação deve assumir um papel formativo e que confronte os padrões conformativos impregnados nos modelos de educação institucionalizada sob os ditames das camadas hegemônicas (FREIRE, 2017).

Nesse sentido, como as experiências dos educandos podem ser incorporadas no ambiente escolar como elemento de intercâmbio comunicacional entre os educandos para uma formação libertadora? Uma das premissas para uma educação emancipadora é a inserção do indivíduo como agente participativo de todo seu processo formador. Sob essa orquestração é conferido ao educando o lugar de pensador e problematizador do seu mundo. Nessa visão ampliada, a educação ultrapassa a perspectiva institucionalizada que se impõe como um mero ato formal encrustados nas paredes e muros das escolas e que se pautam em um modelo bancário (FREIRE, 2019).

Refletir, avaliar, programar, investigar, transformar são especificidades dos seres humanos no e com o mundo. A vida tornasse existência e o suporte, mundo, quando a consciência do mundo, que implica a consciência de mim, ao emergir já se acha em relação dialética com o mundo. A questão da tensão consciência/ mundo, que envolve suas relações mutuas levou Sartre a dizer que "consciência e mundo se dão ao mesmo tempo". As relações entre ambos são naturalmente dialéticas, não importa a escola filosófica de quem as estuda. Se mecanicistas ou idealistas não podem alterar a dialética consciência/mundo e subjetividade/objetividade, isso não significa que nossa prática idealista ou mecanicista esteja eximida de seu erro fundamental (FREIRE, 1995, p.21).

Assim como Paulo Freire (2019), concebe a educação como uma prática para libertação e a autonomia do ser, na qual por meio da leitura e problematização do seu mundo as pessoas possam realizar ações que as possibilitem a *Ser mais*. Nessa mesma linha reflexiva, Krenak (2019), aponta que a subjetividade e materialidade do mundo caminham em sincronia, por meio dessa comunhão é possível criar e reinventar novas histórias e modos de ser e está no mundo e com o mundo para além das retóricas universalizantes que tentam conter e capturar os corpos e as subjetividades em uma lógica neoliberal, em que não apenas a educação se torna um produto de mercado, mas também a própria vida humana é posta como uma coisa que pode ser facilmente descartável e substituível.

Nessa tessitura, a educação, ao ser vista como um processo social, possibilita aos sujeitos um movimento transformador de si e do mundo, visto que por meio de sua participação de forma ativa na construção do seu meio o educando pode se apropriar de uma consciência crítica acerca da sua presença e existência, “o que implica no reconhecimento de não apenas estarem no mundo, mas com o mundo” (FREIRE, 1981, n.p.). Isso posto, destaca-se que:

Cantar, dançar e viver a experiência mágica de suspender o céu é comum em muitas tradições. Suspender o céu é ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prospectivo, mas um existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades — as nossas subjetividades. Então vamos vivê-las com a liberdade que formos capazes de inventar, não botar ela no mercado (KRENAK, 2019, p.15).

Frente a essa exposição se apresenta a seguir um diagrama sistêmico acerca das ideias aqui referidas.

Figura 01- Pensando a educação emancipadora de forma sistêmica



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

As informações apresentadas na *figura 01*, esboça de forma simplificada, mas de modo contundente o que aqui se advoga como educação emancipadora. Nesse movimento, o jogo dialético entre: reflexão/ação e objetividade/subjetividade se manifestam como pontos fecundos, posto que um não se opõe ao outro, mas antes são fenômenos que se entrecruzam na formação do educando. Nesse quesito, é importante uma reflexão constante do que está sendo solidificado como educação formadora, tendo em vista que para Freire (2017), esse fenômeno não está isento dos investimentos ideológicos do poder hegemônico.

A educação, assim como outros processos humanos, é atravessado de forma direta ou indireta por questões sociais, políticas, culturais, econômicas e históricas. Contudo, ao se impor um modelo específico de educação não é incomum que tal prática venha acompanhada por um discurso de neutralidade, quer dizer, o modelo de educação imposto como o padrão universal é dado como algo neutro e que está livre de impregnações

ideológicas. Todavia, Freire (2019) aponta de forma incisiva que tal e neutralidade não existe. Para uma educação libertadora é fundamental a profusão de passos mais largos para além da mera memorização e decodificação de conteúdo. Isso posto, Freire (1981, n.p.), explica que “a mera aprendizagem da leitura e da escrita não faz milagres. Não é ela, em si mesma, a que cria empregos”. Por esse ângulo, a educação para libertação aqui advogada não se refere a efetivação de propostas para a distribuição de papéis de certificação. Nesse sentido, ao se conceber a educação como um dos Direitos Humanos Universais, sobre qual modelo de educação esse direito efetivamente se refere? O que a Constituição Federal Brasileira de 1988 preconiza acerca desse fazer? Quais os reais objetivos das campanhas e políticas educacionais que se esboçam nesse cenário neoliberal?

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 10 de dezembro de 1948, ressoa como um instrumento norteador para as relações entre os indivíduos. Aqui é oportuno destacar o final da Segunda Guerra Mundial em 1945, como um dos eventos históricos que se faz presente como antecedente à Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que evidencia uma preocupação com os limites entre a guerra e paz, o amor e ódio, o humano e o desumano. Em seu preambulo é destacado que o desrespeito ou atos de barbárie acerca dos direitos humanos, não apenas emergem como pontos que usurpam a dignidade dos indivíduos, como também se instalam como veículos de ruptura e que impedem “que todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor” (ONU, 1948, p.2).

Em seu primeiro artigo, fica definido que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (ONU, 1948, p.2). Ao vincular a educação como uma ponte imprescindível para esse fazer fica evidente a importância de uma prática formadora que contemple as diferenças humanas com respeitabilidade. Práticas essas que mesmo sendo instigadas no *locus* escolar não devem a eles se limitar, ou seja, é preciso uma interlocução com os diferentes âmbitos sociais, comunitários e escolares. Eis um dos motes que destaca a importância de uma educação para a humanização e autonomia do ser, quer dizer, um fazer no qual o *Eu* e *Outro* possam dialogar e conviver sem que um deva sucumbir aos caprichos do outro.

No que concerne ao campo da educação, dentre muitos pontos instituídos pela Constituição Federal de 1988, serão citados alguns deles como elementos de análise. Em seu Artigo. 205, é declarado que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da

família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Uma definição ampla e aparentemente factível, contudo, não se deve perder de vista que para determinadas ações serem concretizadas é preciso condições materiais e não apenas legais. Uma não anula a necessidade da outra, embora muitos avanços tenham sido alcançados muitos cidadão ainda se encontram excluídos do acesso pleno a sua cidadania e a referida qualificação para o trabalho.

Avançando nessa discussão são apontados alguns dos princípios presente no Art. 206 da referida Constituição (BRASIL, 1988).

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VII - garantia de padrão de qualidade;

No cenário atual, a educação vem sendo efetivamente posta em prática seguindo esse rigor legal? O que se observa no atual cenário é o desmonte da educação em seus diferentes níveis, cujos pontos justificadores para esses ataques é a necessidade de reformular um modelo de educação que deu errado. A sociedade brasileira é marcada por uma pluralidade de condições sociais e econômicas que se expõem em diferentes experiências de vida. Enquanto muitos brasileiros pertencentes a uma elite burguesa sonham com os cursos de *status* nas melhores universidades nacionais e internacionais, uma outra parcela da população menos favorecida economicamente luta cotidianamente para levar o sustento para suas famílias e ainda conciliar a jornada de trabalho com a jornada de estudos.

É esse tipo de igualdade e permanência que o atual governo deseja resolver com o cortes sumários de recursos financeiros na educação e com a implantação de escolas militares para a normatização de comportamentos? Educação para a emancipação transforma vidas, em contrapartida uma educação para a normatização não apenas retroalimenta padrões de desigualdades, como pouco ou quase nada muda na sociedade, posto que o foco não está no ser em sua singularidade, mas sim na ideia universal do cidadão padrão.

Essa argumentação se faz necessária e urgente tendo em vista que, embora a referida declaração postule que todos possuem a capacidade para usufruir de tais direitos

instituídos as condições não caminham ao mesmo passo para essa efetiva consolidação. Muito se avançou, mas é preciso promover discussões e abrir canais de fala e de escuta para a que assim possam emergir as lutas em prol da efetiva implantação desses direitos no cotidiano. É inaceitável que em pleno século XXI, pessoas sejam excluídas do campo do direito por fatores étnicos, religiosos, sexuais ou de gênero.

1.2 Educação para transformação

Ao se buscar uma educação que coteje de fato essa agenda dos direitos fundamentais é necessário um olhar mais sensível acerca de determinados projetos políticos que são acionados como salvadores da nação. Um exemplo prático desses projetos que vão de encontro com tais direitos é o desmonte da Educação brasileira nesses últimos anos. Desde o ano de 2017 mais especificamente, determinadas discussões caminham na tentativa de implantar não apenas uma educação bancária, mas também neodisciplinadora, na qual as escolas de filosofia militar são projetadas e apresentadas como um dispositivo para a salvação da nação e erradicação da violência e da desigualdade no país.

Nesse sentido se evidencia uma associação da educação com determinados espectros de sujeito e sociedade ideal. Ao se projetar a ideia de sujeito desenvolvido é também projetado o ser atrasado que precisa se vestir com o progresso. Nessa mesma linha de raciocínio as sociedades são concebidas como modernas ou primitivas, ideia essa que advoga que a primeira deve colonizar a segunda. Conforme aponta Krenak (2019, p.12), é essencial que as pessoas assumam uma postura crítica acerca da “ideia plasmada de humanidade homogênea” que vem transcorrendo ao longo da história e que se apropriou de uma posição que outrora foi ocupado pela ideia da cidadania.

Nossas crianças, desde a mais tenra idade, são ensinadas a serem clientes. Não tem gente mais adulada do que um consumidor. São adulados até o ponto de ficarem imbecis, babando. Então para que ser cidadão? Para que ter cidadania alteridade, estar no mundo de uma maneira crítica e consciente, se você pode ser um consumidor? Essa ideia dispensa a experiência de viver numa terra cheia de sentido, numa plataforma para diferentes cosmovisões (KRENAK, 2019, p.12-13).

Ao serem acoplados na forma de selvagem, primitivos ou incultos, os indivíduos pertencentes a determinados grupos humanos (povos originários, negros e pobres), são

[...] toda prática educativa envolve uma postura teórica por parte do educador. Esta postura, em si mesma, implica – as vezes mais, as vezes menos explicitamente – numa concepção dos seres humanos e do mundo. E não poderia deixar de ser assim. É que a processo de orientação dos seres humanos no mundo envolve não apenas a associação de imagens sensoriais, como entre os animais, mas sobretudo, pensamento-linguagem; envolve desejo, trabalho-ação transformadora sobre o mundo, de que resulta o conhecimento do mundo transformado. Este processo de orientação dos seres humanos no mundo não pode ser compreendido, de um lado, de um ponto de vista puramente subjetivista; de outro, de um ângulo objetivista mecanicista. Na verdade, esta orientação no mundo só pode ser realmente compreendida na unidade dialética entre subjetividade e objetividade. Assim entendida, a orientação no mundo põe a questão das finalidades da ação ao nível da percepção crítica da realidade (FREIRE, 1981, n.p.).

Em torno da opressão, da exclusão e da discriminação, circula a ideia do fatalismo social, no qual determinadas pessoas se encontram nesta ou naquela situação não em decorrência de um poder opressor e desumano, mas sim em decorrência de processos naturalmente dados. Logo, devem ser seguidos sem questionamentos ou críticas. No interior desses discursos normatizadores se capilarizou “a afirmação de que "as coisas são assim porque não podem ser de outra forma" e ocidentalmente fatalista, pois decreta que a felicidade pertence apenas aqueles que tem poder (FREIRE, 1995, p. 23). E aos indivíduos comprimidos na vestimenta social do ser inferior é eleito a viver na posição de excluídos, não porque uma arquitetura social e ideológica do poder assim deseja, mas sim como algo naturalmente dado a esses sujeitos.

Sob essas colocações Krenak (2019), apresenta elementos fecundos para a compreensão de determinadas tensões que rondam as pessoas em suas relações sociais nos diferentes âmbitos da vida cotidiana. Isso posto, esse autor apresenta que os países que passaram pelo processo da colonização, foram configurados com uma mentalidade da exploração excessiva, na qual permeia a ideia do sujeito europeu como alguém portador de uma aura sagrada, dotado de polidez e civilização, assim sendo, suas ações nos diferentes territórios eram compreendidas como a abertura dos caminhos necessários para a passagem do progresso. Nessa lógica impera a ideia de uma humanidade esclarecida que precisa levar luz aos povos que se encontram nas sombras.

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da

civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (KRENAK, 2019, p.8).

Tais ideias podem ser vistas também no campo educacional, em que os grupos humanos que são tomados como seres civilizados se sobrepõem aos demais em um jogo de inferiorização e exclusão. Nesse sentido, as diferentes atrocidades e violências cometidas são postas como elementos justificadores para a condução do desenvolvimento e iluminação dessas pessoas que segundo o olhar neoliberal se encontram presas em mentalidades primitivas e selvagens. Para perceber de forma concreta tais posições teóricas basta voltar o olhar para os neocolonialismos que estão sendo articulados para a tomada dos territórios dos povos originários sob a nomenclatura de políticas sustentáveis de desenvolvimento. Nesse limbo, a própria educação bancária opera como um reprodutor desses imaginários que colocam as culturas e modos de ser e estar no mundo que divergem da norma hegemônica como produções marginais que precisam ser reprimidas.

2 Resultados

A educação para emancipação acontece nos espaços escolares? Sim, mas não se esgotam neles. A educação em seu caráter e sentido mais amplificado, se refere a vida em ação, em cada movimento dos seres que compõem o mundo. Nesse sentido Krenak (2019), expõe uma argumentação que opera como um dispositivo de reflexão acerca do que aqui está sendo discutido em torno dos modelos e objetivos da educação, seja ela bancária ou emancipadora. Que nenhuma delas é neutra isso já está compreendido, mas sem dúvidas é importante pensar, a serviço de quê ou de quem cada uma opera.

Em decorrência desse processo de desqualificação, é criado um verdadeiro aparato para a categorização dos sujeitos em níveis de superioridade/inferioridade, desenvolvidos/atrasados. Com efeito, os discursos autoritários que se enveredam nesse campo emergem como dispositivos para um controle efetivo dos comportamentos e condutas de cada sujeito, cujos rótulos depreciativos e preconceituosos são colocados como algo apriorístico do ser. Sob essa complexa teia social e histórica, a consciência crítica é entendida como um instrumento que possibilita a emergência de uma

participação ativa dos sujeitos, bem como os posiciona como os escritores e leitores de suas histórias (FREIRE, 2019).

A consciência crítica posiciona o sujeito como agente transformador em nível individual e coletivo, que pode por meio de ações humanizadas promover mudanças significativas no seu entorno. Desse modo, é possível deslocar essa concepção de educação essencialista que coloca uma elite burguesa no pedestal e desloca para os porões uma parcela significativa da sociedade.

No jogo de categorização e coisificação, as unidades escolares por vezes são vinculadas nesse projeto como sendo os espaços responsáveis pela devida conformação dos educandos aos padrões sócias requeridos (FOUCAULT, 1999). Para um exemplo nítido dessa situação basta voltar ao ponto das pautas educacionais e dos discursos políticos que proclamam a escola militar como sendo o caminho para controlar os sujeitos tidos como ameaças para a segurança nacional.

Nesse âmbito, os postulados de Foucault (1999), se mostram atuais e confere a possibilidade de uma leitura crítica acerca desse desejo de contenção dos educandos nos moldes sociais desejados e declarados como os legitimadores da moral, em que os corpos são tomados como algo a ser lapidado e modulado dentro de um projeto de sociedade. Em ato contínuo, Freire (1995) defende que o ato de educar homens, mulheres e crianças deve ultrapassar essa ideia de adaptação para uma perspectiva de invenção. Invenção de novas formas de ser, de estar no mundo e com o mundo, outras formas para resolutiva de problemas das mais diferentes ordens. Uma vez criada essa ponte de transformação os sujeitos podem se tornar participantes ativos na luta contra certos aparatos educacionais ideológicos que operam como vetores de perpetuação e amplificação da desigualdade em suas variadas formas e cenários.

Neste sentido a passagem de suporte a mundo implica a invenção de técnicas e instrumentos que tornam mais fácil a intervenção no mundo. Uma vez inventadas e aplicadas, homens e mulheres não param de reinventa-las e de criar novas técnicas com as quais aperfeiçoam sua presença no mundo. Toda operação no mundo envolve uma certa compreensão dele, um saber acerca do processo de operar, um inventário dos achados sobretudo, a visão dos fins a que ela se propõe (FREIRE, 1995, p.20-21).

Uma educação emancipadora não visa anular o singular em prol de um modelo universal. Conforme defendido por Freire (1995), o primeiro mundo do indivíduo é aquele ao qual suas memórias e histórias começam a ganhar forma e contorno, onde a

vida se inicia e ganha som e cor. Como ele próprio expões, antes de ser cidadão brasileiro, se constituía enquanto gente na cidade do Recife, a partir do quintal de sua casa amarela. Isso posto, mais do que necessária, a construção de relações humanizadas entre os sujeitos nos seus diversos espaços educacionais é um fazer urgente e essencial para que novos caminhos possam ser efetivamente construídos para que cada indivíduo possa exercer seu papel de sujeito de direito de forma genuína.

Sob esse complexo cenário é destacado que a educação deve assumir um caráter plural, no qual os educandos tomados por uma consciência do seu inacabamento possam reivindicar as condições efetivas para a solidificação da sua capacidade de *Ser mais*. Capacidade essa que toma as experiências da realidade como ponto de partida, mas não como ponto determinante ou definidor do indivíduo ao longo de sua constituição. Esse argumento deixa nítido a importância de fazer uma educação em prol da autonomia e alicerçada no um compromisso humano, ético e político (FREIRE, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as argumentações expostas, é oportuno reafirmar que a educação como processo formador de pessoas deve ser entendido como um fenômeno social e histórico, um fazer que se concretiza a através das relações humanas. Isso posto a educação não deve ser interpelada como algo inato a uma natureza humana determinada, na qual os sujeitos portadores de uma natureza desenvolvida e moderna deve promover a evolução dos sujeitos que são postos como possuidores de uma natureza humana primitiva e selvagem. Um segundo ponto a ser destacado é interação entre o *Eu* e o *Outro* como elementos geradores das experiências humanas e da materialização da educação, posto que é através desse canal interativo que as produções e as relações de fato acontecem.

Frente à complexidade da temática apresentada é importante destacar que este estudo não teve por desígnio esgotar o assunto em pauta, todavia é ressaltada a sua fecundidade e relevância para uma análise crítica do atual cenário político e social brasileiro. Isso posto, a materialização desse trabalho se apresenta como um convite aos leitores, pais, pesquisadores, professores e demais profissionais que se interessam pelo tema para refletir e ampliar os estudos acerca dessas questões sociais que circulam e atravessam de forma sutil e silenciosa as diferentes relações humanas camufladas sob o véu da naturalização.

Assim sendo, a formação das pessoas é caracterizada como um fenômeno que se constitui por meio de uma gama significativa de diferenças. Assim sendo, um modelo educacional alicerçado em um padrão de humano (eurocêntrico burguês), não é capaz de contemplar todos os sujeitos em sua diversidade. Sob esse prisma analítico, é oportuno destacar que uma educação adjetivada de emancipadora, busca antes de tudo tencionar a criação de outros caminhos para o fazer educacional, nos quais seja possível conceber o ato formador para além da tentativa de conformação dos educandos a um modelo disciplinador e opressor, que por vezes opera como fio condutor do racismo, sexismo, preconceito racial e étnico e etc. Isso posto, é perceptível que as propostas ou modelos educacionais em serem posto em ação devem buscar servi de dispositivos de luta, resistência e resiliência, ou seja, uma ferramenta que opere a favor da dignidade e efetiva materialização dos direitos humanos respeitando a pluralidade de cada cultura, grupo e indivíduo de ser e está no mundo.

As ideias aqui apresentadas tem como base a constituição de um pensamento em prol de um horizonte para a (re)leitura e o reconhecimento de si como ser do inacabamento que pode se refazer e se reescrever por meio de uma educação emancipadora, cujo eixo norteador é uma prática para consolidação da autonomia dos educandos, uma educação para a formação em oposição a ideia de educação conformadora que permeia a sociedade nos seus diferentes âmbitos.

Em suma, é destacado que o ato de educar é um fazer social e político, quer dizer, não se trata aqui de uma prática revestida de neutralidade. Diante disso, é fundamental a proposição de meios que busquem consolidar esse fazer sob um viés humanizado, visto que a educação é um processo que possibilita ao sujeito se constituir como ser no mundo e para o mundo. Pois, ele é criação e criador de suas relações. Logo, a educação ao se firmar no crivo da docilidade e normatização, não só embota a potência criativa do sujeito, como corrobora com a retroalimentação da discriminação, do preconceito, do racismo e etc. Dito isso, é ressaltada a importância de um fazer educacional firmado no respeito e integralidade do ser.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado **Federal**, 1988. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso 05 de agosto de 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Histórias da Violência nas Prisões**. 27. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2019.

_____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

_____. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Editora Olho D'água, 1995.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2020.